

09 de julho de 2020

Boletim n.80 - Ciências Sociais e coronavírus

No boletim n.80, *Ana Lúcia Schritzmeyer (USP)* nos conta sobre sua experiência docente nesse primeiro semestre, de um dia para o outro transformada em EAD, e que passou por angústias e inseguranças, mas revelou-se gratificante pela possibilidade de contato e diálogo com os alunos. No entanto, se lhe foi essencial para sobreviver ao isolamento por poder estar de mãos dadas com os alunos que acompanharam suas aulas, lamenta e nos convida a pensar naqueles que não puderem estar presentes. *Jacob Carlos Lima (UFSCar)* se apoia no conceito sociológico de *processo social* para traçar paralelos entre os períodos históricos da gripe espanhola e das guerras mundiais com o momento atual, que revela um aprofundamento da lógica neoliberal, da crise econômica, social e política, argumentando que a sociologia não tem intenções de futurologia, mas fornece ferramentas importantes para analisar contextos sociais e, assim, possibilitar alternativas.

Não soltei (virtualmente) muitas mãos, mas várias outras me escaparam

Por Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer



Fonte: <https://images.app.goo.gl/XRJQMUra4QvCsUb28>

Passados quase 4 meses do início do isolamento social, muito já foi dito e escrito sobre a pandemia por diversas(os) cientistas sociais e profissionais das mais variadas áreas. Com este texto, espero contribuir compartilhando porque decidi dar aulas remotas, sem titubear, apesar de nunca ter feito isso e de ter sérias dúvidas a respeito das limitações,

problemas e consequências desse recurso. Provavelmente, o que exporei foi vivido e sentido por algumas(ns) colegas e estudantes.

Minha angústia começou, significativamente, em uma “sexta-feira 13” (março), com o comunicado do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) de que as aulas presenciais seriam suspensas a partir da semana seguinte. As triviais e quase automáticas despedidas que antecederam esse final de semana – “Até a próxima aula” ou “Nos vemos segunda-feira” – ficaram no ar e assim continuam.

O que fazer, de repente, com a disciplina ministrada para 27 estudantes de pós-graduação que haviam tido apenas uma das 12 aulas programadas? E a disciplina para 75 estudantes de graduação, majoritariamente ingressantes no curso de ciências sociais, com quem eu me encontrara em apenas duas das 15 semanas previstas?

Inicialmente, fui tomada por uma espécie de susto-bloqueio. A tela do computador virou campainha, porta, janela, rua, estrada. Na primeira semana, apesar de eu não ter dado aulas presenciais nem remotas, dediquei-me ao aprendizado da criação de salas virtuais, de como nelas compartilhar slides, permitir ingressos, gravar o que fosse apresentado e discutido, sem contar que o que antes era resolvido, pessoalmente, em dias, horários e lugares marcados, virou uma enxurrada de e-mails, todos com a urgência da ansiedade.

Em casa, com a ocupação contínua dos espaços e a convivência ininterrupta, as tarefas se multiplicaram. Logo se intensificaram tanto os sonhos quanto a insônia que, não raras vezes, igualmente desembocaram em lembranças de amores antigos, de familiares que se foram e em imagens apocalípticas no supermercado. Medo, preocupação, cansaço.

Ingenualmente, imaginei que, como eu já trabalhava bastante em casa, a adaptação ao confinamento não seria difícil, mas a casa está no mundo e o mundo brasileiro, decididamente, “não é para principiantes”.

Tive muitas dúvidas a respeito de quase tudo, mas não quanto a prosseguir em contato com as turmas de estudantes. Senti que devíamos nos amparar, nos animar, nos fortalecer e que isso era prioritário. Profissionais da saúde partiram para o *front* e eu senti que me cabia fazer o mesmo trabalhando com o que sei trabalhar: convivendo semanalmente com estudantes para empreendermos descobertas, construirmos reflexões e termos dúvidas a partir de uma certeza: estudar é uma forma de aventura, de viagem, de voo e de âncora. Eu senti que tinha um compromisso pedagógico-cidadão de companheirismo com elas(es) e que precisava que o tivessem comigo. Não era o momento de soltarmos as mãos.

As primeiras aulas ou encontros remotos me deixaram tão nervosa quanto as minhas entradas inaugurais em salas de aula, há 32 anos. Haveria boa receptividade? Participação? Funcionaria a relação conteúdo-tempo? Quantas pessoas “compareceriam”?

Desconcertou-me não ter mais que escolher uma roupa para sair de casa, que colocar o material em uma sacola e contar com um tempo de deslocamento, uma espécie

de concentração preparatória para as aulas. Estar em uma sala virtual, com nomes associados a fotos ao lado de uns poucos rostos “ao vivo”, cada qual tendo por moldura fragmentos de salas ou quartos, foi insólito, assim como saber que meu escritório virara um cenário. Não mais falar andando, algo que me cadencia as ideias, e ainda ver meus próprios trejeitos, caras e bocas na telinha-espelho, em tempo real e depois gravados, foi desnudante. Aliás, mesmo eu já tendo por hábito projetar slides em aulas, uma coisa era eles aparecerem em um telão coletivo, algo muito distinto da tímida projeção no meu solitário computador. E a lousa? Foi substituída pelo *chat* e compartilhada com muitas(os) estudantes que nele escreveram intensa e animadamente.

Uma das surpresas mais gratas com estudantes da graduação foi a de os seminários, antes obrigatórios, transformados em optativos, as(os) terem mobilizado e suas apresentações, individuais ou em grupo, terem sido ousadas, criativas, interessadas e interessantes. Mas me era impossível não pensar em quem não pôde ou não conseguiu se mobilizar.

Várias(os) das(os) estudantes que prosseguiram matriculadas(os), apesar da alternativa da exclusão ou trancamento da disciplina e das presenças não serem computadas, demonstraram e se declararam agradecidas(os) pela possibilidade de suspenderem, por algumas horas semanais, o que acontecia em seus confinamentos a fim de nos embrenharmos pela antropologia, o que fizemos por escolha, por desejo. Mas e quem teve esse desejo mas não essa escolha? Onde e como estariam?

No final de junho, finalizei as duas disciplinas: a de pós com 23 das(os) 27 matriculadas(os) e a de graduação, cuja turma se duplicou no decorrer do semestre: pulou de 75 para 150 estudantes, pois assumi a de outro colega, sem que eu ainda saiba quantas pessoas persistiram e quantas desistiram, o que se revelará no final de julho, quando da entrega de um trabalho. Decidi propor às(aos) novatas(os) em antropologia um exercício em dois “movimentos”: primeiro, dialogarão com textos sobre o fazer etnográfico a partir de uma breve autoetnografia sobre seus próprios “espaços de confinamento”, com todos os desafios implicados na escrita em primeira pessoa e com direito a usarem imagens. Uma aluna já anunciou que anexará uma música. No segundo “movimento”, relacionarão trechos dessas autoetnografias com textos da disciplina sobre corpo, pessoa, dádiva, expressão de sentimentos, sons, direitos humanos, diversidade, ou elegerão uma notícia relativa à Covid-19 e a comentarão à luz desses textos. A proposta foi aceita com entusiasmo e, assim, postergamos o término de nossas “mãos dadas” até eu devolver os trabalhos comentados, em agosto.

O semestre letivo me teria sido muito mais difícil não fossem essas experiências. Termine-o gratificada pelas mãos que consegui segurar e que não me soltaram, mas muito triste por saber que várias outras me escaparam, provavelmente as mais vulneráveis, o que só reforça que a pandemia, neste país, se tornou tão seletiva e desigual quanto a nossa sociedade.

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer é bacharel em ciências sociais, advogada, mestre e doutora em antropologia social, docente do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, coordenadora do NADIR (Núcleo de Antropologia do Direito) e secretária-executiva da ANPOCS (2019-2020).

Sociologia, processos sociais e pandemia

Por Jacob Carlos Lima

A atual crise econômica, política e social, num quadro de pandemia global, nos remete à tentação de fazer comparações com o mundo de há 100 anos atrás. Isso, mesmo considerando que as situações, embora aparentemente similares, se dão em um contexto totalmente distinto. O que nos leva a perguntar se estaríamos repetindo a tragédia da gripe espanhola de 1918 de forma ampliada com o Covid-19, assim como da ascensão do fascismo no mundo naquele momento e a ascensão do autoritarismo tal como assistimos agora. A partir de uma rápida discussão sobre o conceito sociológico de processo social, busco discutir alguns pontos de aproximação desses dois momentos históricos.

Analisando as mudanças das sociedades capitalistas a partir dos anos 1970, Beck (2010[1986]) caracterizou-as como processos de modernização: o primeiro referente à industrialização e à constituição da sociedade de massa durante o século XX; e o segundo, com a globalização e a individualização que a acompanha, que chamou de modernização reflexiva. Essa última caracterizaria a sociedade de risco, tendo a incerteza e a insegurança como epicentro, decorrente, por um lado, da rapidez das transformações tecnológicas, do uso intensivo de combustíveis fósseis, do aquecimento global, da derrubada das florestas, o esgotamento do solo, a poluição das águas; enfim, todo um conjunto de situações que levaram a um crescente desequilíbrio ecológico ameaçando a própria vida no planeta. Por outro lado, os riscos sociais decorrentes das novas formas de produção e utilização da força de trabalho, da desregulação econômica e política, da expansão global da produção, do desmonte de instituições voltadas à proteção social e a eliminação de direitos sociais em nome do mercado, normalizando a insegurança e a desigualdade social.

Nesse mesmo período, ao lado de Beck, com distintas proposições, um conjunto de sociólogos e outros cientistas sociais discutiram o novo momento da acumulação capitalista, como flexível, desregulado, pós-moderno, pós-fordista que, em síntese, caracterizaram as transformações societárias marcadas pela globalização e pelo neoliberalismo. Entre suas consequências, a precarização da vida de forma geral, com a substituição de formas de solidariedade social pela individualização presente no darwinismo do “mercado” (Castel, Castells, Harvey, Giddens, Bourdieu, entre outros).

A vitória do neoliberalismo frente ao capitalismo organizado, representado pelo Estado de bem-estar social, e pelo colapso das experiências socialistas do leste europeu

alterou as narrativas acerca do desenvolvimento e inclusão social. Um discurso único se sobrepôs a qualquer alternativa, liberando a competitividade capitalista global sem qualquer limite e enfraquecendo o trabalho pela sua fragmentação, e os trabalhadores cada vez mais desorganizados. Seria o fim da sociedade do trabalho que marcou as lutas sociais e políticas do século XX, as identidades coletivas, a classe, as mudanças sociais.

O mundo global e cosmopolita resultante das novas mobilidades propiciadas pelas novas tecnologias, com a compressão de tempo e espaço, reduzindo distâncias físicas, substituindo-as por virtualidades, mantém hierarquias históricas decorrentes da divisão internacional do trabalho entre países pobres e ricos, entre quem é cosmopolita por opção e quem vaga pelo mundo sem opções. As cidades globais estão polarizadas entre milionários e miseráveis principalmente, mas não exclusivamente, no hemisfério sul, onde a segregação espacial estratifica bairros e a violência permeia o cotidiano dos moradores. Milhares de migrantes se deslocam pelo mundo em busca da sobrevivência e novos muros são construídos para impedir essa mobilidade global. O capital é global e móvel, o trabalho menos, e os pobres indesejados. Questões pretensamente superadas, mas que nunca deixaram de existir, voltam com força total para justificar desigualdades e exclusões: guerras étnicas, racismo, escravidão disfarçada ou não, violência de gênero, apartheid social. A sociedade de risco reproduz o planeta em risco onde os desastres ambientais e sociais se multiplicam. Riscos anunciados, epidemias crescentes que resultaram na pandemia atual, talvez a primeira de muitas outras.

Elias (2006) analisando os processos sociais, afirma que esses são transformações amplas, contínuas, geracionais, de figurações sociais e sempre reversíveis. A evolução das sociedades não é linear e pode dar lugar a tendências opostas de decadência. Assim, ao processo civilizatório, entendido como as formas de socialização do indivíduo frente às normas sociais em determinados períodos históricos, podem suceder-se processos descivilizatórios, nos quais crenças, normas e valores perdem efetividade dando lugar a barbárie. Tendo como referência a sociedade alemã, buscou explicar como, em um país marcado por alto grau de desenvolvimento humano e de intelectualização, pôde render-se a Hitler e ao III Reich.

Se deslocarmos essa afirmação para os tempos atuais, encontramos a mesma perplexidade frente à ascensão da direita no mundo e governantes que se aproximam e tentam resgatar um passado rejeitado pelo avanço civilizatório. Basta lembrar a utilização de símbolos nazistas e supremacistas brancos por membros do governo, o presidente da república incluído, assim como de seus apoiadores.

Beck e Elias, discutindo os processos sociais historicamente determinados, permitem entender o nosso desastre social e ambiental e o momento descivilizatório que assistimos no Brasil (mas não apenas), campeão de mortes na pandemia. Possibilita selecionar algumas similaridades percebidas entre a ascensão do fascismo no mundo, paralelo ao primeiro contexto pandêmico da modernidade, representado pela gripe

espanhola, com a profunda crise política e econômica do pós primeira guerra mundial e a atual ascensão do neoliberalismo autoritário.

Primeiro, na gripe espanhola, um desconhecimento científico acerca do vírus e a demora dos governos em tomar atitudes de prevenção levou a mais de 50 milhões de mortos. Agora, na pandemia, o negacionismo de governos e ainda o pouco conhecimento do vírus têm levado a situações crescentemente desastrosas.

Na ascensão dos governos autoritários, a incapacidade do neoliberalismo de resolver as recorrentes crises de acumulação do capital favorece o surgimento de salvadores da pátria que, na inexistência de propostas políticas alternativas, recorrem a discursos religiosos, morais, preconceitos étnicos, raciais e políticos para se legitimarem junto a populações descrentes da política tradicional. Isso aconteceu também nos anos 1920 e tem se reproduzido nos últimos anos em diversas partes do mundo.

Outra aproximação possível encontra-se na desinformação e na utilização de técnicas de psicologia de massas para reproduzir palavras de ordem e ideologias autoritárias. O paradoxo da atualidade está na proliferação de informações propiciadas pela internet que, em tese eliminaria o problema da desinformação. Mas, ao lado das novas tecnologias captarem e difundirem milhares de dados, favorece sua manipulação por grupos políticos e econômicos que as utilizam para atingir seus propósitos.

No Brasil, tivemos a manipulação digital das eleições em 2018, a ascensão de uma proposta explicitamente autoritária eleita com apoio de diversos atores e interesses sociais, sendo que entre eles podemos destacar: uma elite desvinculada de qualquer preocupação com um projeto de nação; uma classe média ressentida com a ascensão social de setores populares com as políticas de inclusão social; o fundamentalismo cristão representado por discursos moralistas e conservadores difundidos por igrejas e as instituições jurídico-político-militares com um republicanismo frágil.

A tempestade perfeita se formou com a pandemia da Covid-19, à qual soma-se o negacionismo governamental, as tentativas de desmonte do serviço público de saúde e de proteção social que continuam em processo, o aprofundamento da crise econômica e social, o desemprego galopante e a volta da miséria, uma “guerra cultural” contra o conhecimento científico, contra as universidades e as manifestações artísticas.

Mesmo com tudo isso, o apoio das elites econômicas continua forte, com algumas dissidências, e mesmo o apoio de setores populares cooptados pelo discurso populista e a manipulação midiática e religiosa. E, mais ainda, a falta de empatia com o sofrimento coletivo, o que se evidencia no negacionismo reforçado em manifestações de apoio ao governo por parcelas da população, na atitude de autoridades invadindo hospitais, na corrupção que se alimenta do desastre social que vivemos.

Os processos sociais historicamente são distintos e imprevisíveis, mas carregam similaridades que permitem aproximá-los de fenômenos específicos, examinados com o instrumental analítico da sociologia. Embora sem nenhum caráter premonitório, a sociologia fornece subsídios para vislumbrarmos os desastres e buscarmos evitá-los.

Jacob Carlos Lima é professor do Departamento de Sociologia da UFSCar e atual presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia

Referências bibliográficas:

ELIAS, N. *Escritos e ensaios 1. Estado, processo, opinião pública*. Organização e apresentação, Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ELIAS, N. *Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed.34, 2010[1986].

Estes textos são parte de uma série de boletins sequenciais sobre o coronavírus e Ciências Sociais que está sendo publicada ao longo das próximas semanas. Trata-se de uma ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Nos canais oficiais dessas associações estamos circulando textos curtos, que apresentam trabalhos que refletiram sobre epidemias. Esse é um esforço para continuar dando visibilidade ao que produzimos e também de afirmar a relevância dessas ciências para o enfrentamento da crise que estamos atravessando.

A publicação deste boletim também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), da Associação Nacional de Pós-Graduação em História (ANPUH), da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Acompanhe e compartilhe!

